

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LOURES

MANDATO 2017-2021

ATA Nº 4/2017

2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária

27 de dezembro de 2017

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete pelas 21 horas reuniu a assembleia de freguesia de loures, na sua 2ª reunião da 4ª sessão ordinária, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, com a presença dos seguintes eleitos. -----

### **Coligação Democrática Unitária**

- Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme
- Ricardo Jorge Martins Preto
- Augusto do Nascimento Ferreira
- Mário Manuel Pereira Guerreiro
- Pedro Jorge Esteves Vieira
- Maria do Carmo Simões Santos
- Helena Isabel Tavares Morais Espírito Santo dos Santos (em substituição de Joana Figueiredo Santana)

### **Partido Socialista**

- Sandra Carla Salgueiro da Cruz Jesus
- Fernando Manuel Moreira Lopes
- Jorge Manuel Firmino Baptista
- Emidio Manuel Marques de Almeida
- Maria Elvira Teixeira Bispo Ferreira (em substituição de Telma Sofia Mendes Gonçalves Delgado)
- Rui Jorge da Silva Jesus (em substituição de Américo Rui do Ouro Argainha Almeida)

### **Partido Social Democrata**

- Diogo Ferreira dos Santos
- Frederico José da Silva Fernandes
- Gonçalo Jorge Aleixo Nunes
- Luzia Carla Santos Avelar Cardoso (em substituição de Ana Paula da Silva Franco Damil)
- Manuel António Roque Figueiredo (em substituição de Maria Isabel Gomes Antunes Faustino)

At  
RP  
[Signature]

## Bloco de Esquerda

- António José da Silva Baião do Costa

A Presidente da Assembleia de Freguesia em exercício iniciou a sessão justificando a ausência da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia por a mesma se encontrar ausente do concelho. Uma vez que existia uma vaga na mesa, visto a 1ª Secretária substituir a Presidente da Assembleia e o 2º Secretário ter assumido as funções de 1º Secretário, indicou o eleito da CDU, Augusto Ferreira, para completar a mesa como 2º Secretário e não tendo havido oposição este ocupou o lugar de 2º Secretário na mesa.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício apresentou a ordem de trabalhos desta segunda reunião da quarta sessão ordinária: -----

Período de Intervenção do Público -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

- Apreciação e votação das Atas das sessões anteriores -----

- Recomendação para a constituição de Grupo de Trabalho para o Estudo da Mobilidade e dos Transportes na freguesia -----

- Recomendação para a constituição de Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Processos Participativos -----

Período da Ordem do Dia -----

- Apreciação, discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para 2018 -----

- Apreciação e discussão do 4º Relatório Trimestral de 2017 -----

- Proposta de celebração de protocolo de colaboração com a Farmácia Nova de Loures -----

- Proposta de celebração de protocolo de colaboração com a CLDS 3G – Rede em Movimento -----

A Presidente em exercício abriu o período de intervenção do público, não tendo existido inscrições.-

Passando ao Período Antes da Ordem do Dia, os eleitos consideraram estarem já em condições de votar as Atas das sessões anteriores, tendo sido aprovada a Ata de 25 de outubro de 2017 com duas abstenções dos eleitos dos PS, Rui Jesus e Maria Elvira Ferreira, e a Ata de 17 de novembro de 2017 com três abstenções dos eleitos do PS, Rui Jesus, Emídio Almeida e Jorge Baptista, justificadas com declaração de voto do eleito do PS, Rui Jesus, por terem estado ausentes das respetivas Assembleias.-

Entrando na discussão das recomendações para a constituição dos Grupos de Trabalho, a eleita do PS, Sandra de Jesus, propôs que os proponentes dos Grupos de Trabalho apresentassem as fundamentações para a sua criação. O Bloco de Esquerda justificou a necessidade da criação do Grupo de Trabalho sobre os transportes devido à mobilidade e os transportes serem um ponto importante na Freguesia devido à sua extensão e à sua diversidade, sendo interessante este Grupo de Trabalho ver e estudar a mobilidade da Freguesia e encontrar propostas de melhoria. Quanto ao



orçamento participativo o eleito do BE, António Baião, referiu que existe uma divergência quanto à interpretação sobre a participação dos cidadãos nos orçamentos era necessário a criação do Grupo de Trabalho com o objetivo de discutir formas para avançar com a participação das pessoas nos orçamentos. -----

A CDU referiu que devido à importância da mobilidade e da participação dos cidadãos era de extrema importância a criação de grupos de trabalho para o aprofundamento destas matérias. A mobilidade da Freguesia porque é sem dúvida um tema importante na vida e no dia-a-dia das nossas populações e era bom terem um conhecimento mais aprofundado da abrangência dos transportes públicos e da sua função. Em relação à gestão pública participada porque entendem que a gestão pública deve ser participada pelos cidadãos e é sempre bom existirem outras opiniões e ideias para que se consiga ter uma melhor gestão dos dinheiros públicos na freguesia sempre em prol da melhoria das condições de vida dos fregueses. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou de seguida à consideração do plenário a inclusão na ordem de trabalhos da criação destes dois grupos de trabalho. O eleito do PS, Rui Jesus, alertou que na proposta de criação do Grupo de Trabalho dos transportes dever-se-ia falar também da mobilidade e da criação ciclovias, em vez de ser só sobre transportes públicos. O eleito do PSD, Diogo Santos, referiu que o PSD está completamente de acordo e identificado com a criação destes dois grupos de trabalho pois chegou a apresentar várias moções sobre os transportes para o Hospital Beatriz Ângelo e para os locais mais recônditos da freguesia e o orçamento participativo foi uma proposta do PSD para este orçamento, tendo proposto que a criação destes dois Grupos de Trabalho fosse colocada como ponto prévio para a reunião de abril. A eleita do PS, Sandra de Jesus, concordou com o que o eleito do PSD, Diogo Santos, indicou no sentido da sua inclusão na ordem de trabalhos da próxima reunião e que assim daria mais tempo para decidirem quem é que indicam para fazer parte dos grupos de trabalho. O eleito do BE, António Baião, afirmou que não via nenhuma necessidade de adiar por quatro meses a criação dos Grupos de Trabalho pelo que considerava que deveria ser aprovado naquele momento, mas não sendo aprovado imediatamente, que fosse incluída numa próxima assembleia. -----

Não havendo consenso quanto à integração das matérias, por a ordem de trabalhos por ser extensa, a Presidente da Mesa da Assembleia propôs a sua inclusão na ordem de trabalhos da próxima reunião seja ela ordinária ou extraordinária, com que todos os eleitos concordaram. -----

Entrando na ordem do dia, passou-se ao primeiro ponto de apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2018 dando a Presidente da Mesa da Assembleia a palavra ao Executivo da Junta de Freguesia para apresentação do ponto. A Secretária do Executivo, Orlanda Rodrigues, apresentou o ponto dizendo que era notório a preocupação que todas as forças políticas mostraram quanto ao mapa de pessoal e aos recursos humanos da Junta de Freguesia de Loures, nomeadamente ao trabalho precário, procurando eliminá-lo e integrando os trabalhadores que prestam funções que correspondem a necessidades permanentes, não sendo um trabalho pontual, mas sim necessário diariamente. Disse que o mapa de pessoal apresentado tem em conta a situação de terminar com o trabalho precário, integrando os trabalhadores que estão a recibo verde, alguns que eram dos CEI's e que dado a qualidade que demonstraram não foram descartados e fez-se esse tipo de contrato precário pois era a única forma que existia para



continuarem a trabalhar. Indicou ainda que a Junta de Freguesia de Loures não vai recorrer a mais CEI's nem a nenhum desse tipo de trabalho, acabando-se assim com este trabalho precário na Junta de Freguesia de Loures. Afirmou que com este mapa serão regularizados quatro postos de trabalho que estão nesta situação, serão consolidadas as três mobilidades intercarreiras, uma de um encarregado operacional e dois assistentes técnicos que já estão no fim do tempo de consolidação para técnico superior, duas trabalhadoras que estão em contrato de avença poderão passar através de concurso para assistentes operacionais, serão criados dois lugares nas zonas verdes por necessitarem de pessoal devido a ser uma área sensível para a população, tal como também para a limpeza urbana. A secretária referiu ainda que o quadro de pessoal da junta já não é jovem, que necessita de rejuvenescimento e muitos dos trabalhadores dado o seu elevado tempo de trabalho nas suas funções têm incapacidades na realização de determinadas tarefas e a junta de freguesia tem que cumprir com as recomendações médicas, estando impedidos de desempenhar determinado tipo de tarefas. Afirmou ainda que é da maior importância ter um quadro de pessoal mais alargado que dê uma melhor resposta às necessidades da freguesia e dos fregueses. Relativamente aos técnicos superiores indicou que cada vez mais é necessário as instituições estarem munidas de recursos humanos que tenham cursos superiores, uma vez que um trabalhador com um curso superior tem um conjunto de competências como a capacidade de planeamento, capacidades analíticas, de síntese e capacidades de transfere, ou seja, a capacidade de aplicar o saber da sua área em outras áreas, pelo que se considera essencial conservar mais um posto de técnico superior. Referiu que houve já um trabalhador que pediu a sua mobilidade para técnico superior, pelo que foi pedida documentação complementar para demonstrar que já faz trabalho específico de técnico superior, deste modo foi contemplado um lugar para mobilidade intercarreiras caso se verifique que esse trabalhador está em condições de passar a técnico superior ou então será para um eventual concurso. Ressalvou ainda que não sabem qual o futuro quanto à delegação de competências para as freguesias, tudo indica que serão alargadas, e que têm que estar precavidos para essa possibilidade caso seja necessário efetuar concurso para um técnico com uma formação específica dentro de alguma área que considerem necessária para o desenvolvimento desse trabalho.-----

O eleito do PSD, Manuel Figueiredo, pediu a palavra para referir uma questão sobre a construção do documento na última tabela da direita, após aprovação, criados, ocupados e vagos e sugeria a substituição por existentes porque após aprovação não vão ser criados sete postos de assistente técnico os postos já existem e a colocação de algumas notas quanto às siglas que se utilizam. Questionou sobre o funcionário que virá a integrar a estrutura da Junta de Freguesia, qual a área orgânica para que seria contratado e se a mobilidade intercarreira para técnico superior se efetivar para qual a área que essa mobilidade faria sentido, que funções é que atualmente desempenha o funcionário e quais é que depois viria a desempenhar. Colocou também a questão se as duas consolidações de mobilidade estão contempladas no documento e se não deveriam ser retirados dos lugares de onde irão sair. -----

A Secretária do Executivo, Orlanda Rodrigues, respondeu que enquanto não houver consolidação do lugar na intercarreira o lugar de origem tem que continuar presente, que decorre da lei, pois ele não pode ser extinto enquanto não houver a decisão final de que o técnico fica na carreira de técnico superior. Quanto à área do técnico respondeu que é um técnico superior não adjetivado, uma vez que será de uma área que acham que seja necessário na altura porque sabem que provavelmente virá um conjunto de novas competências para as autarquias que não sabem quais

AR  
RP



são mas decerto que os irão obrigar a ter pessoas com capacidade de resposta ao nível superior e é por isso que consideraram esse lugar. Completou dizendo que à primeira vista podem pensar em formação jurídica, mas se calhar seria prejudicial estar já a comprometer um lugar com uma formação específica quando poderão verificar posteriormente que afinal não é de fato um jurista que precisam mas se calhar uma pessoa com formação noutra área e já estarem comprometidos com uma formação específica. Relativamente ao técnico que pediu mobilidade informou que neste momento está na fiscalização e o que o mesmo entregou foram pareceres e informação relativamente a legislação relacionada com a área fiscal onde trabalha. -----

O eleito do PS, Fernando Lopes, interveio relembrando que na reunião prévia de apresentação de propostas e de discussão do orçamento também insistiram em qual seria a área do técnico superior e notaram alguma relutância em saber qual seria a área e diz que agora quase que confirma qual será o técnico, na reunião prévia tinha sido dito que seria à partida algum jurista ou alguém de gestão, o que na opinião dele se compreende pelas novas diretrizes que possivelmente virão, no entanto o técnico que se fala que pediu mobilidade não será de nenhuma desta área e que será mais da área do desporto e questiona qual a razão de se optar pela sua escolha, diz que não tem nada contra com a promoção do funcionário mas pergunta se neste caso será no bom interesse da Junta de Freguesia. -----

O eleito do PSD, Diogo Santos, pediu a palavra para questionar se os assistentes técnicos não consolidarem como técnicos superiores, mantêm-se as três vagas abertas como técnicos superiores e caso sejam consolidadas como técnicos superiores existirão duas vagas em aberto como assistentes técnicos. Indicou ainda que no final de ser aprovado partindo do princípio que ficarão os técnicos superiores consolidados, está-se a falar que a junta passará de um total de 52 funcionários para 59 funcionários no quadro portanto, se tiver cabimentado orçamentalmente em despesas com pessoal, os quadros da junta de freguesia podem passar de 52 para 59 funcionários. Quanto ao técnico superior não adjetivado questiona se não se sabe para o que é, se é preciso já da vaga, se não será melhor esperar pelas novas competências para depois abrir-se a vaga. -----

O eleito do PSD, Gonçalo Nunes, tomou a palavra para antes de mais pedir que em futuras reuniões quando o executivo se referir à lei, diga qual é, depois quis realçar a questão do técnico superior não adjetivado que não se sabe o que será, estão a aprovar um cheque em branco e têm que aprovar algo concreto, também foram enunciados alguns trabalhadores com algumas limitações e presumiu que se estivesse a falar dos assistentes operacionais para a limpeza urbana, no entanto só colocam mais uma pessoa onde que há efetivamente uma lacuna e depois para a gestão autárquica há três pessoas no quadro, estão a colocar mais uma pessoa num quadro que não apresentava lacunas e este quadro que tem efetivamente lacunas só se acrescenta uma, diz não compreender e ainda questiona também a pessoa que o eleito do PSD, Diogo Santos, referiu se entra para mobilidade se vai a concurso público ou se já está em avaliação. -----

O eleito do PS, Rui Jesus, interveio dizendo que acha que seria mais conveniente a junta verificar que necessidades possui em termos de recursos e só depois partir para a abertura de lugares em técnicos superiores e se calhar um jurista pode fazer trabalho generalista, mas um trabalhador com um curso generalista não pode fazer trabalho jurídico, era conveniente primeiro verificar as

RP



necessidades da junta e depois abrir concursos de acordo com essas necessidades. A eleita do PS, Sandra de Jesus, colocou de seguida uma questão à cerca dos assistentes técnicos, se quando a mobilidade ficar consolidada as suas vagas como assistente técnico extinguem-se e nesse caso seriam necessárias mais duas vagas para abrir concurso de forma a poder-se regularizar duas situações de duas funcionárias a recibos verdes. Questionou ainda quando é que foi aberto o último concurso quer para assistentes técnicos quer para assistentes operacionais. -----

A Secretária do Executivo, Orlanda Rodrigues, tomou a palavra para responder que a exposição que fez da situação da junta de freguesia em relação ao técnico superior que pediu mobilidade intercarreiras não podia ser escondida mas não há nada que garanta que o lugar seja para esse trabalhador, pelo que consideraram que o seu pedido, só por ser técnico superior não era suficiente para tomar uma decisão e pediu-se ao técnico para demonstrar que faz trabalho de técnico superior ao que ele remeteu uma série de documentação que terá que ser analisada. Quanto aos técnicos não adjetivados referiu que todos os quatro técnicos superiores do mapa de pessoal são não adjetivados, pelo que não é de surpreender, não é uma novidade ser considerado não adjetivado, mas o mais lógico é esse lugar de técnico superior ser para a área jurídica ou para a área da gestão ou então nem ser ocupado. À consideração que foi feita relativamente aos assistentes técnicos colocada pelo eleito do PSD, Gonçalo Nunes, que o que precisavam era de pessoal para a limpeza urbana e zonas verdes respondeu que de todas as pessoas incluídas no mapa de pessoal apenas há uma que não existe, que é o técnico superior, todos eles já estão em funções, só não estão no mapa de pessoal porque quem está a recibo verde não faz parte do mapa de pessoal, o que quer dizer que neste momento têm 58 pessoas a trabalhar para a Junta de Freguesia, só estão a regularizar e a criar um novo lugar que pode ou não ser ocupado. Acrescentou que podem abrir um concurso a pensar em determinadas pessoas, mas como o mesmo tem um júri e determinadas etapas, apesar de haver pessoas a quem dão a oportunidade para regularizar a sua situação, podem não ficar e ficar outros, uma vez que é um concurso. -----

O Vogal do Executivo, Sérgio Pratas, referiu que estão a ser colocadas questões de dois tipos, uma do tipo formal sobre a construção do documento e outra relativa à substância da decisão que se está a colocar em apreciação. Indicou que o executivo está de acordo com algumas questões que o eleito do PSD, Manuel Figueiredo, colocou uma vez que estavam a pensar já este ano trazer um novo modelo do documento, mas decidiram trazer aquilo que era o mapa já existente, mas que a opção do executivo é trazer no próximo ano um mapa completamente diferente. Entrando nas opções substanciais enunciou que o mapa tem sobretudo três opções que estão a ser discutidas e que é necessário ver se concordam com as mesmas, em primeiro lugar acabar com os contratos CEI's, em segundo lugar existem algumas situações precárias na Junta de Freguesia criadas pela legislação que impedia a entrada de novos funcionários à medida que outros iam saindo, estando em causa a regularização da situação dessas pessoas e um terceiro objetivo relacionado com as legítimas aspirações que os trabalhadores têm de evolução na carreira. Sobre a questão do cheque em branco referiu que discordava porque em primeiro lugar permite após a avaliação que se fizer, caso se conclua que o técnico já desempenha efetivamente funções de técnico superior, garantir a evolução na carreira do trabalhador, que já se disse quem é, onde trabalha, o que faz, pelo que não se está a falar de nenhum cheque em branco, vai ser avaliada e tem que ser avaliada e o que foi dito é que no caso de se vir a indeferir esta mobilidade intercarreiras desse trabalhador para técnico superior, ficamos com o lugar vago e que eventualmente no contexto da delegação de competências para as freguesias poder-se-á eventualmente equacionar o preenchimento desse

6  
RP



lugar, eventualmente no contexto de mais delegações de competências, não sendo um cheque em branco porque a delegação de competência é uma matéria que compete à Assembleia de Freguesia, que discutirão na Assembleia de Freguesia e caso se venha a confirmar o preenchimento da vaga por vias da delegação de competências, essa situação será trazida à Assembleia de Freguesia e será partilhada com a Assembleia de Freguesia, não será assumida exclusivamente pelo executivo da Junta de Freguesia sem prestar contas à Assembleia de Freguesia. Relativamente a outra questão colocada quer pelo Diogo, quer pela Sandra, indicou que foi uma opção escolhida, uma vez que existem duas pessoas que desempenham funções de técnico superior por estarem em mobilidade intercarreiras mas que ainda ocupam lugares de assistentes técnicos no mapa de pessoal, a opção que fizeram foi criar dois lugares de técnico superior e não mexer nos lugares de assistente técnico que ficarão vagos com a subida desses dois trabalhadores e que depois serão ocupados por duas situações que querem regularizar. Alertou para o facto de no mapa não se alterar o número de assistentes técnicos, visto que a expectativa do executivo é a de que muito provavelmente as duas mobilidades irão consolidar, subindo os dois trabalhadores para o lugar de técnico superior e libertando então os dois lugares de assistente técnico que serão depois ocupados por concurso. Quanto à questão do eleito do PSD, Diogo Santos, que se prende com o caso de os trabalhadores não consolidarem como técnico superior, segundo o Vogal do Executivo, Sérgio Pratas, têm um problema e terão que trazer à Assembleia uma proposta de alteração ao mapa de pessoal, porque se não consolidarem irão ficar com três lugares vagos em técnico superior que não irão preencher e os trabalhadores ficarão em assistente técnico, não libertando assim os lugares que precisam para regularizar as situações que têm, nesse caso irão precisar de fazer uma alteração ao mapa para extinguir dois postos de técnico superior e criar dois postos de assistente técnico, mas não há outra solução, só se inflacionassem e criassem mais dois lugares de assistente técnico e dois lugares de técnico superior, mas assim a Assembleia questionaria porque estariam a criar quatro lugares quando em rigor só iriam precisar de duas vagas. -----

A eleita do PS, Sandra de Jesus, pediu a palavra para alertar que houve uma questão que não tinha sido respondida relacionada com a data em que tinham sido abertos os últimos concursos para assistentes técnicos e assistentes operacionais. A Secretária do Executivo, Orlanda Rodrigues, pediu a palavra e respondeu que não conseguia dar essa informação por efetivamente desconhecer, mas que na próxima assembleia terá esses dados exatos para facultar. A eleita do PS, Sandra de Jesus, voltou a questionar, para concluir, quanto à questão da extinção dos dois lugares de assistente técnico quando os trabalhadores consolidarem a mobilidade como técnico superior segundo o Vogal do Executivo, Sérgio Pratas, esses lugares não se extinguem ficando vagos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao eleito do PS, Jorge Baptista, como era a sua primeira intervenção em Assembleia de Freguesia quis felicitar o facto de as eleições terem dado a oportunidade de serem eleitas muitas mulheres que estão representadas no Executivo, contrariamente ao que aconteceu no Executivo anterior que por razões misóginas desapareceram do mesmo. Entrando na análise do documento indicou que o Partido Socialista não estará em condições de aprovar o mapa de pessoal, tendo em conta que a coluna do lado direito, após aprovação lhes parecia que estava a mais, indicou ainda que o Vogal do Executivo, Sérgio Pratas, já teve a oportunidade de dizer que não concorda com a organização do mapa e que futuramente trariam outro diferente. Indicou também que só pode aparecer a palavra após aprovação ou criados ou vagos depois de terem desenvolvido todos os concursos e ocupado as vagas. Ainda sobre o mesmo não lhe choca que o mapa de pessoal possa ter mais vagas, dando

7  
RP

